

Expressões da territorialidade camponesa no processo de integração ao “PAA” e “PNPB” no Assentamento 3 Pontes em Perolândia, Sudoeste de Goiás

Mariza Souza DIAS; Dinalva Donizete RIBEIRO

Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
e-mail: mariza_dias@yahoo.com.br; dinalvadr@gmail.com

Palavras-chave: Modo de vida camponês; Política pública; Territorialidade

Introdução

Os assentamentos rurais são espaços concretizados por meio de políticas públicas e por isso, há por parte do Estado o poder de decisão e organização sobre o território do assentamento. A política pública da Agricultura Familiar que orienta estas intervenções nos assentamentos se baseia no entendimento de que o modo de vida camponês está fadado ao desaparecimento, pois para sobreviverem no campo deveriam se integrar totalmente ao sistema de produção capitalista, modificando suas relações de trabalho e produção, o que os metamorfosearia em agricultores familiares (ABRAMOVAY, 1992).

Entretanto, conforme Oliveira (1996), ao mesmo tempo em que em alguns lugares o capital expropria as famílias camponesas, em outros ele cria condições para a sua reprodução. A reprodução das famílias assentadas passa pela sua inserção em programas estatais de produção e geração de renda, os quais também estão vinculados ao capital por meio da parceria com instituições privadas. Tomamos como referência dois programas para análise, a saber: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB), ambos vem sendo efetivados a mais de três anos no Sudoeste de Goiás e se transformou numa importante fonte geradora de renda e de alimentos para as famílias assentadas.

Entretanto, o PAA e o PNPB impõem uma lógica produtiva que se baseia nas regras de mercado, diferentemente da racionalidade do modo de vida camponês que também orienta as famílias assentadas na sua relação com a terra e o trabalho. Logo, para podermos explicar a produção do espaço enquanto realidade objetiva e forma da concretização dos espaços sociais é necessário apreender o significado da terra e a lógica que rege seu uso pelo grupo social estudado, contextualizando e

captando a influência das demais dimensões que atuam sobre o processo de recriação do grupo (MARQUES, 2000).

Desta forma, buscamos demonstrar e analisar os elementos próprios do modo de vida camponês das famílias do Assentamento 3 Pontes, no município de Perolândia, que ao interagirem com o PAA e o PNPB, tenderam a adequar os programas à racionalidade camponesa, reforçando ou não suas territorialidades. Neste trabalho apresentamos resultados parciais, uma vez que a pesquisa ainda está em andamento.

Material e métodos

Para identificarmos as tensões e as disputas de racionalidades e de interesses dos sujeitos envolvidos, escolhemos como recorte o Assentamento 3 Pontes, no município de Perolândia, pois este possui, proporcionalmente, o maior número de famílias que estiveram envolvidas com os dois programas.

O Assentamento 3 Pontes possui 43 famílias, sendo que levantamos o número de famílias participantes dos dois programas e entrevistamos 30% das mesmas no ano de 2011, depois que os programas haviam encerrado.

A pesquisa é baseada em dados que foram extraídos das entrevistas semi-estruturadas realizadas com as famílias assentadas e em análises qualitativas, onde foram identificadas campesinidades (WOORTMAN, 1990) e elementos camponeses (TAVARES SANTOS, 1978) das famílias na interação com estes programas.

Identificamos a partir das práticas sociais e produtivas as expressões materiais e simbólicas da territorialidade própria do modo de vida camponês que as famílias demonstraram no envolvimento com o PAA e PNPB.

Resultados e discussão

O PAA é um programa de produção de alimentos que trabalha com compra dos alimentos da Agricultura Familiar, no caso destas famílias assentadas, e fazem a doação simultânea a entidades filantrópicas ou públicas. O projeto do PAA conduzido pela Associação do Assentamento 3 Pontes foi elaborado por um terceiro e pago a um custo de 70,00 R\$ por família. Todas as famílias entrevistadas concordam com a necessidade do pagamento pelo projeto, mesmo sabendo que não deveriam tê-lo feito, pois é melhor pagar e ter o benefício do que ficar esperando pelo Estado.

A Associação do Assentamento 3 Pontes conduziu o projeto de PAA no ano de 2009, o qual contou com a participação de 25 famílias deste assentamento. A maioria das famílias produziu hortaliças e criou frangos, que foram entregues à Secretaria de Municipal de Compras da Prefeitura de Perolândia, que ficou responsável por recolher e distribuir os alimentos para as instituições beneficiadas pelo programa. Dentre as 25 famílias que iniciaram no PAA, apenas 9 participaram do programa o ano inteiro. Entretanto, apenas 2 famílias conseguiram receber o valor integral, que no ano era de 3.500,00 reais, as outras 7 famílias não conseguiram entregar os alimentos correspondente ao valor total, pois a demanda pelos seus alimentos era baixa.

A entrega de alimentos para o PAA iniciou efetivamente em março de 2009 e muitas famílias já haviam cultivados as hortaliças para entregar em janeiro e por isso perderam muitos alimentos. Ainda a desistência de 70% das famílias é explicada pela demora no pagamento dos alimentos entregues, pois a burocracia impedia a efetivação do pagamento mensal. Dessa forma, muitas famílias que necessitavam de comprar insumos para a produção de alimentos para o PAA não o podiam fazer, e assim desistiram de continuar no programa.

Em relação ao tempo diferenciado da produção camponesa das famílias, o enfrentamento ao PAA se deu na exigência de regularidade na entrega dos alimentos, o que fazia com que algumas famílias tivessem que entregar uma quantidade ínfima de alimentos toda semana, por exemplo, 5 pés de alface, o que tomava um tempo imenso enquanto outros afazeres ficavam por fazer, logo, muitos desistiram. A desistência de se adequarem ao tempo do programa nos apresenta como uma prática que paradoxalmente reforça a territorialidade destas famílias, pois estas optaram por não se submeter à lógica do programa.

As normas do PAA, que são baseadas nas regras do comércio de alimentos, exigiam que os alimentos devessem ser selecionados, embalados em sacos transparentes e de preferência etiquetados. A formalidade exigida pelo mercado vem da necessidade de um padrão homogêneo de consumo e de higiene que não faz parte do cotidiano camponês. As famílias lidavam com os alimentos para o programa como se fossem para seu consumo, baseadas no seu tempo e nos seus materiais disponíveis, reaproveitando e os reciclando. Dessa forma, muitos alimentos chegavam às entidades com pequenos estragos, embalados em sacos reaproveitados, sem etiquetas e às vezes até sujos. Isso fez com que as entidades

beneficiadas recusassem a receber os alimentos das famílias assentadas o que contribuiu para a não continuidade do projeto no ano seguinte.

É importante salientarmos que o PAA também possibilitou a muitas famílias melhor alimentação, contribuindo com a segurança alimentar. Uma família nos relatou que quando estava cultivando hortaliças para entregar no programa, os filhos comiam mais verduras e agora que não participam mais, não chegaram nem a fazer a horta no sítio. Ainda o PAA incentivou a produção de outros alimentos, como o milho, feijão e arroz, e proporcionou a troca simples entre os vizinhos, prática que é muito usada na reprodução das famílias camponesas, pois os forçou a produzir mais. Por isso, o PAA reforçou elementos camponeses na produção e consumo de alimentos, bem como nas relações de trabalho, mas ao mesmo tempo também frustrou expectativas das famílias que desejavam ter a renda do programa.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) foi articulado, implantado e conduzido pela Cooperativa de Agricultores Familiares do Assentamento Rio Paraíso (COPARPA) e pela empresa Caramuru. O PNPB no Assentamento 3 Pontes foi realizado por 18 famílias no ano safra 20010/11 e consistiu no cultivo de lavouras de soja, em parcelas que variaram de 7 a 15 hectares em cada lote. No total foram cultivados quase 250 hectares de soja neste assentamento.

A parceria com a Caramuru foi inicialmente bem vista pelas famílias assentadas, pois esta era mais uma forma de produzir e de gerar renda. As famílias relatam que se não obtivessem lucro com o cultivo da soja para o PNPB, ao menos teriam suas terras aradas e adubadas ao final da colheita, o que facilitaria a produção de outros tipos de alimentos. Percebe-se que o desejo e a necessidade de tirar da terra o sustento fez com que as famílias assentadas integrassem com este programa, assim como outros. No entanto, a intenção camponesa é a reprodução da família na terra, o que passa, principalmente, pela produção de alimentos de consumo interno. O relato de um camponês nos apresenta como a produção de alimentos confere autoridade aos saberes e ao domínio do território: “eu só sigo as orientações dos técnicos (em relação ao cultivo da soja), não entendo nada de lavoura, mas de roça eu sei tudo, arroz, feijão, milho é comigo”.

As tensões das famílias com a empresa e a cooperativa “parceiras” no programa ocorreram inicialmente pela burocracia, pela condução com os tratos culturais das lavouras e posteriormente com a venda dos grãos e da cobrança

indevida de impostos. As famílias assentadas buscavam manter o mínimo controle sobre o seu território, acompanhando as lavouras diariamente, para que assim não deixassem alguma “praga” atacar e contrataram serviços de terceiros quando achavam que era necessário, não respeitando as orientações dos técnicos. E por mais que eles tenham recebido um valor baixo pela saca da soja, conforme os relatos, ainda possibilitaram maior renda do que ter apenas arrendado a terra para outros produtores, o que também é uma prática ilegal.

Conclusões

A integração dos camponeses aos programas de comercialização oriundos da política pública para a Agricultura Familiar promove tensões e disputas por diferentes interesses, na mesma medida em que proporcionam renda e segurança alimentar às famílias. Esta é uma relação dialética, que se orienta pela cultura do modo de vida camponês, pelo Estado e pelo sistema do modo de produção capitalista. Os programas apresentam-se como possibilidades de produção e geração de renda, mas não atingem nem dão a mesma oportunidade a todos os envolvidos, recriando e destruindo relações, bem como territorialidades.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: da Unicamp, 1992.

MARQUES, Maria Inês Medeiros. **De sem-terra a posseiro, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária**: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 240 f. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

WOORTMAN, Klass. **“Com parente não se neguceia”**: O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.